



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Ata da VI Reunião Ordinária da Comissão Nacional e Combate à Desertificação -
CNCD

Data: 05 de março de 2015

Local: Sede do MMA - Esplanada dos Ministérios, Bloco B – Sala 830

Abertura - Sr. Francisco Campello (Diretor do Departamento de Combate à Desertificação – DCD/SEDR/MMA e Secretário-Executivo da CNCD) e O Sr. Paulo Guilherme Cabral (Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável)

Rodada de apresentações – Lista de presença (anexo I)

Aprovação da Pauta da reunião e deliberação sobre as Atas da V Reunião Ordinária e da V Reunião Extraordinária da CNCD (aprovadas).

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo do CNCD) – Ressaltou que este é um ano em que se realizará a COP 12 da UNCCD e a importância de um esforço para que a Comissão possa qualificar seu trabalho e a sua contribuição para a sociedade. Lembrou que em 2014 houve a aprovação do novo Regimento Interno e a criação de Câmaras Técnicas. Fez um informe sobre as atividades do DCD/SEDR/MMA, lembrando da aprovação do Projeto de Lei 2447 na Câmara, indo para o Senado, com o texto alinhado à expectativa da Comissão. Quanto às iniciativas com a Cooperação Técnica Internacional, falou dos dois projetos, no âmbito do Fundo Global Ambiental (GEF): um com foco no Estado de Sergipe, com o PNUD, que foi aprovado e está na fase do plano de trabalho. O outro projeto, com a FAO, para qualificar as boas práticas de convivência com a semiaridez, na fase final de elaboração, com expectativa de entrar em implementação no 2º semestre desse ano. Falou de outra ação que está sendo desenvolvida com apoio da cooperação técnica (IICA) para tentar encontrar alternativas para os processos de degradação no semiárido, principalmente a questão do desmatamento para a questão enérgica. Nesse sentido o trabalho com a Caixa Econômica e com o Serviço Florestal, e esses projetos estão conseguindo buscar alternativas para o setor cerâmico e para o setor gesso, usuários de lenha, lembrando que Banco do Nordeste criou uma linha de crédito para apoiar ações de uso sustentável da Caatinga, para apoiar a melhoraria tecnológica das empresas. Falou do evento realizado em parceria com o INSA, para discutir a inserção do manejo florestal integrado, do uso sustentável da caatinga e do cerrado na agricultura familiar, como estratégia de trabalho para esse novo ciclo. Falou de uma iniciativa que está em discussão com o Banco Mundial, para um projeto piloto de combate à desertificação no Seridó, levando em

consideração o plano da Bacia do Rio Piranhas, definindo uma estratégia de implementação do Plano da Bacia, com apoio do Projeto RN Sustentável, do Rio Grande do Norte e do Projeto Cooperar, que é a iniciativa que o Banco Mundial tem com o Governo da Paraíba. Também lembrou do trabalho que vai ser apoiado pelo projeto da FAO com o INSA, que é dar continuidade a uma experiência que o Insa vem desenvolvendo em parceria com a ASA para trabalhar a questão da resiliência, das atividades produtivas no semiárido, com 100 agricultores experimentadores. Reforçou a importância de a Comissão definir, através de sua Câmara Técnica como vai ser a estratégia para contribuição no próximo PPA. Lembrou que 2015 é o Ano Internacional dos Solos, a cargo da FAO e da UNCCD. Falou do encontro dos bispos quando da criação da Sudene e que está sendo preparado um novo encontro 60 anos depois, e a intenção de aproveitar esse momento para abrir um debate sobre a questão dos solos, além da intenção de se montar um calendário com a definição de eventos estratégicos para tratar das questões relativas ao solo. Informou que o Brasil vem trabalhando um espaço dentro da UNCCD, desde a Convenção na Namíbia, quando houve uma proposta de trabalho com os países de língua portuguesa. Então o DCD/SEDR/MMA promoveu a vinda de representantes de 8 países para conhecer as experiências do Brasil de uso dos recursos naturais e das boas práticas de convivência, e está sendo trabalhada uma plataforma de cooperação com esses países, envolvendo a UNILAB, no Estado do Ceará, para melhorar a capacidade institucional desses países através das nossas experiências. O que chamou muito a atenção dessa missão foi o cuidado que está se tendo no Brasil para a questão do solo e isso está sendo hoje muito fragilizado, do ponto de vista técnico, nos outros países. Então, já existe uma demanda para um curso de conservação de solos para representantes desses países com a UNILAB esse ano. Falou de outro esforço no sentido de estabelecer, ampliar a base de conhecimento, com a Universidade Politécnica de Madri, em que está sendo trabalhado um memorando de entendimento entre o Ministério de Meio Ambiente e a Universidade Politécnica de Madri, para apoio às práticas de convivência com o semiárido e uma sinalização de interesse por um curso de mestrado na área de recursos naturais, que neste ano foi voltado para o semiárido brasileiro. Haverá pesquisas de campo e projetos na região de Xingó, na região do Seridó e na região do Araripe, feita por estudantes desta universidade.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (Seapac) – Insistiu na importância participação da Ministra Izabella Teixeira, valorizando a Comissão e ressaltando a importância desta agenda de combate à desertificação.

A SR^a. MARGARETH BENÍCIO (Funceme/CE) – Registrhou que haverá um evento relacionado ao Ano Internacional dos Solos, nos dias 24, 25 e 26 de março, em Brasília, sobre governança de solo, promovido pelo TCU. Nesse evento um dos temas marcantes vão ser os riscos de degradação do solo.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo do CNCD) – Complementou a fala de Margareth, informando que o Ministério do Meio Ambiente participará em três momentos na Conferência de Governança dos Solos do TCU e que iria, inclusive, coordenar um dos módulos, abordando as boas práticas que o Brasil implementa, no escopo da UNCCD, para a questão da conservação do solo.

O SR. THIAGO CAVALCANTE (Itamaraty) – Informou que o Itamaraty também vai coordenar uma sessão e um dos palestrantes convidados é o próprio Francisco Campello.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO LUCENA (Seapac) – Reforçou que nos dias 27, 28 e 29 de maio haverá um encontro com os bispos do semiárido do Nordeste inteiro, em Natal, quando vai ser resgatada a história dos 60 anos do encontro dos bispos em Campina Grande, de onde surgiu a Sudene e dentro desse debate vai ter um momento para discutir o Ano Internacional dos Solos, o Programa de Integração do São Francisco, será lançado um livro dos 60 anos, que a Universidade de Pernambuco está terminando de elaborar, trazendo uma reflexão do cenário do semiárido hoje, a partir do novo momento, com as mudanças climáticas, o conjunto de elementos novos que estão postos.

SR. VITOR UCHOA SILVA (Sudene) – Falou sobre a elaboração do novo PPA e, que a questão do combate à desertificação vai ser abordada na SUDENE, por algumas temáticas, como convivência com o semiárido, competitividade do setor produtivo, sustentabilidade socioambiental, que estão sendo trabalhadas nas oficinas, não só na questão da desertificação, mas também outras relevantes para o desenvolvimento do Nordeste. Falou dos eventos que estão sendo organizados para discutir a questão ambiental no Nordeste, tratando da questão energética, arranjos produtivos locais, possivelmente na 2ª quinzena de abril ou no começo de maio. Falou da importância de identificar as possibilidades de articulação, estadual e Federal, já que é um dos papéis da Sudene essa questão do planejamento e da articulação na região.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Prosseguindo com a pauta, convidou o Sr. Thiago Cavalcante, do Itamaraty, para apresentar a agenda e estratégia de participação do Brasil na 13ª Sessão do Comitê de Revisão e Implementação da UNCCD – CRIC 13.

O SR. THIAGO CAVALCANTE (Itamaraty) – Fez uma breve introdução sobre a convenção e os temas em discussão, como o escopo da convenção e o Ano Internacional dos Solos. Falou do contexto de busca de espaço da convenção, inclusive através da promoção da neutralidade de degradação de terras no mundo, tema que foi aprovado na Rio + 20, mas que na verdade não está claro, do ponto de vista científico e definição conceitual. Por esse motivo se criou um Grupo de Trabalho Internacional (IWG) para que definisse tecnicamente o que seria neutralidade em degradação de terras. Lembrou que nesse mês se realizarão 3 reuniões importantes: Reunião do IWG, para discutir o conceito de neutralidade em degradação de terras, a Conferência Científica da UNCCD e a reunião especial do Comitê de Ciência e Tecnologia. Além disso, também haverá a reunião do comitê revisão de implementação da convenção (CRIC). Tanto do CRIC quanto da Conferência Científica, são aprovadas recomendações para a Conferência das Partes (COP), que vai acontecer na Turquia, para deliberar sobre essas questões. Disse que não haveria tempo de discutir cada um dos documentos a serem discutidos, e informou que os mesmos se encontram disponíveis no site da UNCCD, nas línguas oficiais da ONU.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Propôs que a Comissão criasse, dentro de uma de suas Câmaras Técnicas, uma estratégia para analisar os documentos. Relatou que na COP anterior o Brasil fez questão de registrar que no país a implementação da convenção não se atém somente ao combate à desertificação, mas a uma estratégia de convivência sustentável no semiárido, por meio de boas práticas, com ações concretas no campo, dialogando com as experiências exitosas.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO LUCENA (Seapac) – Solicitou que as recomendações dos documentos fossem discutidas. Ressaltou que no evento de preparação para a conferência de ciência e tecnologia, houve uma série de discussões, reuniões de grupo, com o amadurecimento dos temas.

O SR. THIAGO CAVALCANTE (Itamaraty) – Concordou com a importância de se discutir os documentos e informou que para o CRIC são 5 relatórios, cada um deles com 30 páginas, mas que a parte de recomendação de cada um deles tem no máximo 6 páginas, sendo possível discutir esta parte.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Como os documentos foram disponibilizados pelo secretariado da UNCCD de última hora, não houve tempo para organizar uma ampla discussão, como foi feito no caso da preparação para a participação do Brasil na Conferência Científica. Sendo assim, propôs que Thiago fizesse um balanço do resumo dos relatórios e que os mesmos sejam discutidos na Câmara Técnica da CNCD, para o alinhamento da posição brasileira a ser levada à COP 12.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO LUCENA (Seapac) – Solicitou que os documentos do CRIC fossem enviados aos membros da CNCD. Recomendou que as posições brasileiras a serem levadas aos próximos eventos da UNCCD sigam a mesma estratégia usada anteriormente, para a preparação para a Conferência Científica.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Reforçou que não existe nenhuma divergência entre o que a Comissão está trabalhando e o que o Itamaraty vem defendendo nas reuniões da UNCCD.

O SR. THIAGO CAVALCANTE (Itamaraty) – Se dispôs a fazer uma leitura dos resumos dos documentos disponibilizados pelo secretariado da UNCCD para o CRIC 14. Falou dos objetivos operacionais da convenção, que o CRIC é o comitê de revisão e implementação da convenção, e que nestas reuniões ocorre uma avaliação do cumprimento destes objetivos operacionais.

O primeiro objetivo operacional é “conscientização e educação”, e as recomendações são as seguintes: 1) Os países que responderam, no seu relatório, que a percentagem de conscientização nacional sobre desertificação, degradação de terras e secas, e suas respectivas sinergias, são menores do que os dados, do que as metas nacionais, são convidados a fazer um esforço maior de comunicação e educação para alcançar esses alvos; 2) Os países são convidados a avaliar e aumentar, na medida do necessário, a efetividade da comunicação sobre questões relacionadas à desertificação, degradação de terras e secas, com vistas a atingir uma maior audiência; 3) Os países afetados são convidados a monitorar a implementação dos seus planos de ação nacionais, com relação a questões de políticas, medidas e ações tomadas no âmbito da conscientização e da educação; 4) As instituições da convenção deverão incluir nos seus programas de trabalho de 2016 e 2017, ações específicas para apoiar e capacitar os países a ampliar a conscientização sobre desertificação, degradação de terras e secas, e deve ter como alvo os países, regiões e sub-regiões que reportaram dificuldades e falta de capacidade nesse âmbito. **O segundo objetivo operacional trata do “arcabouço político”**. Recomendações: 1) Os países afetados são convidados a continuar seus esforços para formular e revisar os planos nacionais, de acordo com as diretrizes da convenção e de forma que os dados globais da estratégia da convenção sejam alcançados até o final de 2015 ou em data próxima a isso; 2) Os países desenvolvidos e as organizações financeiras, particularmente o GEF, são convidados a identificar incentivos para a implementação de programas de ação e dar prioridade a atividades incluídas em planos de ação dos países alinhados, para locação e desembolso de recursos; 3) Os países desenvolvidos e outros parceiros de desenvolvimento, ou seja, doadores são convidados a aumentar o seu apoio para o estabelecimento, de acordo com parceria com países afetados, de acordo com suas prioridades bilaterais, e ao mesmo

tempo dando atenção especial à revisão dos planos de ação nacional; 4) O Mecanismo Global deverá compilar as informações sobre fluxos financeiros e aconselhar sobre a relevância de uso de indicadores para, com relação a esses fluxos financeiros, nos próximos exercícios de confecção de relatório; 5) O Mecanismo Global também deverá identificar e facilitar acesso a novas oportunidades de financiamento, para apoiar os programas nacionais de implementação, incluindo acesso a fundos globais, regionais para o desenvolvimento sustentável e questões ambientais, a partir de links entre desertificação e degradação de terra, mudança do clima e biodiversidade. Nessa recomendação em específico, disse que sentiu a falta de se citar a seca, que a convenção está tomando um viés muito grande para a questão de degradação, mas pouco tem se falado em convivência e mitigação dos impactos das secas. 6) As instituições da Convenção devem incluir ações específicas para facilitar a formação de arcabouços políticos nos países e a mobilização de recursos no trabalho de 2016 e 2017, com prioridade naqueles países que cumpriram com suas obrigações perante a Convenção. **Terceiro objetivo operacional, “ciência e tecnologia”:** Recomendações: 1) Os países afetados são convidados a aumentar seus esforços para manter funcionais e atualizados os sistemas existentes de monitoramento e recuperar aqueles sistemas de monitoramento que porventura foram descontinuados ou expandir sistemas que cobrem uma das três vertentes da Convenção que é a desertificação, degradação de terras ou secas, para prover informações atualizadas sobre essas questões; 2) O secretariado da UNCCD deverá avaliar em profundidade os sistemas de monitoramento nacionais, regionais e globais incluindo o seu escopo funcionalidade e eficiência, com vistas a tornar essa informação disponível para parceiros do desenvolvimento, que possam contribuir tecnicamente ou financeiramente para o desenvolvimento e manutenção dessas capacidades, inclusive o setor privado; 3) Os países desenvolvidos, organizações técnicas e financeiras relevantes, incluindo o setor privado são convidados a prover apoio adicional para os países afetados para o estabelecimento e manutenção do sistema de monitoramento; 4) Com base na decisão 22 da COP-11, os países afetados são convidados a estabelecer datas de base e metas concretas dentro de seus planos nacionais, fazendo o uso de conhecimento científico para fazer diagnóstico no nível nacional. Comentou que que caberia nesta recomendação, citar não somente o conhecimento científico, mas também o conhecimento tradicional; 5) As instituições da Convenção deverão incluir nos seus respectivos programa de trabalho de 2016 e 2017 ações específicas para apoiar e capacitar os países a acessar e monitorar a desertificação, degradação de terras e secas, com alvo nos países, regiões e sub-regiões que reportaram baixas capacidades com relação à questão do monitoramento. **Quarto objetivo operacional, “capacitação”.** Recomendações: 1) Os países desenvolvidos e organizações internacionais, incluindo aquelas do sistema ONU e o GEF deverão considerar e revisar seus planos de capacitação com vistas a aumentar o apoio em matérias relacionadas à desertificação, degradação de terras e secas; 2) O secretariado deverá tornar disponível informação sobre qualquer país que precise de assistência para capacitação, de acordo com o que foi informado nos relatórios de 2014, com vistas a ser considerado parceiros bilaterais ou agências multilaterais e possíveis programas e projetos de capacitação; 3) As instituições da Convenção deverão incluir ações específicas sobre capacitação em desertificação, degradação de terras e secas no seu programa de trabalho em 2016 e 2017. **Quinto objetivo operacional, “financiamento e transferência de tecnologia”.** Recomendações: 1) Os países afetados são convidados a aumentar seus esforços para estabelecer estratégias financeiras com o objetivo a alcançar 50% das metas determinadas pela estratégia em 2014; 2) Os países desenvolvidos, o GEF e instituições financeiras multilaterais são convidadas a intensificar seus esforços para apoiar todas as regiões no estabelecimento dessas estratégias financeiras, que especificamente expressaram planos de estabelecer tais estratégias; 3) O mecanismo global é convidado a continuar a apoiar os países e regiões no desenvolvimento das estratégias financeiras identificadas, levando em consideração fontes inovadoras de financiamento incluindo novas oportunidades financeiras, instrumentos e mecanismos para esse propósito; 4) Os países desenvolvidos e instituições multilaterais, particularmente o GEF, são convidados a continuar a facilitar o aumento, adequação e previsibilidade no fluxo de recursos para os países afetados e regiões de acordo com as suas considerações; 5) Conforme disposto na decisão 14 da COP-11 os países afetados são convidados a continuar seus esforços para facilitar a transferência de tecnologia; 6) Os países afetados são convidados a aumentar seus esforços em submeter propostas de projetos para as agências financeiras; 7) O GEF é convidado a considerar as avaliações de necessidades nacionais na locação de recursos do novo ciclo do GEF, o GEF-6; 8) Os órgãos subsidiários e instituições que trabalham no processo da UNCCD, são convidados a incluir essas considerações nos seus programas de trabalho para 2016-2017. Recomendações gerais: As seguintes considerações deverão ser levadas em conta pelos países para a sua submissão para a COP-12, garantir melhor cobertura de datas e informações, informações mais precisas,

sobretudo, sobre fluxos financeiros e necessidades de aperfeiçoamento de sinergias, tendências que requerem a atenção urgente, especificamente ações requeridas para frear tendências negativas. Aumentar a sinergia com relação às questões ligadas a mudança do clima e objetivos de biodiversidade, sobretudo, aumentando as sinergias com as outras convenções, e, mais ênfase em fluxos financeiros envolvendo fontes inovadoras de financiamento.

Sugeriu ainda quando fossem realizadas as reuniões para analisar os documentos da convenção, convidar outros países da América Latina e Caribe, ou mesmo a Unidade de Coordenação Regional, já que durante a reunião do CRIC, os 2 primeiros dias são reservados para a Coordenação Regional, para definição de uma posição consolidada dos países.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Esclareceu que o Brasil vem trabalhando no alinhamento à estratégia decenal da UNCCD, estando faltando apenas a publicação de um documento mostrando esse alinhamento do PAN-Brasil. Falou ainda sobre os recursos do GEF, que na discussão do pacote do GEF no Brasil, ficaram, mais ou menos 8 ou 9% para terras degradadas, e esses projetos que o DCD/SEDR/MMA com a FAO e o PNUD, são os primeiros projetos aprovados no âmbito do GEF no escopo da Convenção, terras degradadas, e quando foi solicitada essa ampliação, não foi aprovada. Então, há muita necessidade de negociação. Falou ainda do esforço para a sinergia entre as convenções nas ações do departamento.

O SR. THIAGO CAVALCANTE (Itamaraty) – Comentou que uma iniciativa interessante, comentada pelo Francisco Campello, com os americanos, que se chama TFCA. Em troca do perdão de uma parte da dívida do Brasil, esse dinheiro tem que ser utilizado para apoiar projetos nos biomas, e quando o acordo foi firmado, foi identificado que já havia uma série de recursos fluindo para o bioma amazônico. Então, foram priorizados os outros biomas brasileiros como Caatinga, Cerrado, tem Mata Atlântica. Falou ainda da importância de se fortalecer a capacidade em elaboração de projetos a serem enviados a esses fundos exemplificando que o GEF ficou aproximadamente com trezentos milhões de dólares, que não foram utilizados e que estavam separados para manejo florestal sustentável, e não foram utilizados, porque nenhum país conseguiu acessar esses recursos, porque não foram cumpridos todos os critérios.

O SR. ELISEU (CAA/ASA/MG) – Socializou com a Comissão, a experiência do CAA, que participou de um edital de seleção com recursos do Banco Mundial, no Programa de Investimentos Florestais (FIP). O projeto já está em curso, a contratação de pessoal já foi feita. O objetivo do projeto é apoio a projetos produtivos e de restauração ambiental no Cerrado Brasileiro, com incidência nas políticas ambientais e nas mudanças climáticas. O financiador é o Banco Mundial, com mais de 6 milhões de dólares, atingindo mais de dezoito milhões de reais, com 5 anos para execução, e está com o marco socioambiental publicado, carta-acordo assinada, manual operacional em fase final, plano de aquisição sendo revisado, plano de trabalho em fase final de elaboração e memória de cálculo em construção, e equipe técnica definida para execução do projeto.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO LUCENA (Seapac) – Falou da necessidade de encaminhar as recomendações dos documentos do CRIC para a Comissão de Ciência e Tecnologia da CNCD, para discussão e deliberação. Sugeriu que os documentos fossem encaminhados aos membros da CNCD, e que fosse estabelecido um prazo para avaliação, saindo então uma posição nacional para diálogo com o Itamaraty, e que em seguida os encaminhamentos sejam enviados em português para os membros da CNCD, para que

todos saibam o que o Brasil levou para o CRIC. Comentou sobre o monitoramento, que foi citado na parte de Ciência e Tecnologia, lembrando que o Brasil está trabalhando no semiárido com os protocolos de seca, monitor de seca, um conjunto de questões que avançaram bastante. Sugeriu chamar alguém que está tratando do monitor de seca para apresentar para CNCD.

O SR. THIAGO CAVALCANTE (Itamaraty) – Agradeceu pelas sugestões e falou dos chamados *side events* ou eventos paralelos que acontecem nas COP, nos quais o Brasil e outros países organizam para mostrar suas experiências.

O SR. THIAGO CAVALCANTE (Itamaraty) – Propôs que o trabalho de avaliação dos documentos do CRIC fosse feito na Câmara Técnica de revisão e monitoramento da implementação do PAN-Brasil, conjuntamente com a de Ciência e Tecnologia, em uma reunião conjunta.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Concordou que a secretaria-executiva da CNCD enviria os documentos da reunião do CRIC, em espanhol, aos que fossem participar da reunião das Câmaras Técnicas. Lembrou que, tendo em vista o quórum da reunião da CNCD, nota-se um reflexo do esforço de articulação que está posto para o funcionamento da Convenção. Disse esperar que a comissão faça o mesmo exercício feito de preparação para a Conferência Científica que ocorreu na sede do INSA, tanto para o CRIC como para a COP 12.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO LUCENA (Seapac) – Falou da importância das tecnologias sociais e de sua inserção na agenda do CRIC, e que as experiências do Brasil deveriam ser levadas a outros países.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Lembrou da demanda de países como os de língua portuguesa e a Espanha, pela difusão das experiências brasileiras com as tecnologias de convivência com o semiárido e no manejo dos recursos naturais, com ênfase no manejo comunitário na Caatinga e no Cerrado.

O SR. THIAGO CAVALCANTE (Itamaraty) – Propôs abrir o site da UNCCD para mostrar o local onde estão todos os documentos, para quem tiver interesse possa acompanhar, sem a necessidade de esperar que sejam enviados.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Falou da importância de que os membros da CNCD tenham intimidade com o site da Convenção, porque todas as informações sobre as reuniões, documentos e outras de interesse estão disponíveis. Passou a palavra ao correspondente científico do Brasil na UNCCD, Sr. Aldrin Perez, para que fizesse a apresentação dos encaminhamentos da Reunião Preparatória à 3^a Conferência de Ciência e Tecnologia da UNCCD.

O SR. ALDRIN MARTIN PEREZ (Instituto Nacional do Semiárido - INSA) – Apresentou os resultados do Seminário Nacional realizado em Campina Grande, evento preparatório para a Conferência Científica da UNCCD, que aconteceria semana seguinte, seguindo o tema da conferência “combate à desertificação, degradação das terras e

convivência com o semiárido para redução da pobreza e um desenvolvimento sustentável”, com a contribuição de investigadores acadêmicos e populares que estão no semiárido brasileiro discutindo sobre as limitações, as respostas e as questões de monitoramento. Falou que foram apresentados 206 trabalhos para a conferência da UNCCD, sendo 6 do Brasil, enviados pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, pela Fundação Oswaldo Cruz, a Universidade Federal do Ceará e o DNOCS, em uma parceria com a empresa de extensão do Ceará com a publicação de um trabalho sobre a salinização do semiárido brasileiro. O seminário nacional foi organizado em três painéis, sendo: 1) como caracterizar e compreender melhor a vulnerabilidade e capacidade de adaptação do ecossistema, especialmente do ecossistema de zonas áridas e semiáridas? Nesse tema foram organizados debates sobre resiliência agroecológica, mineração, mudança climática, políticas públicas, relações sociais e logo em seguida houve exercícios de trabalho de grupo. 2) como utilizar melhor o conhecimento rapidamente disponível? Nesse tema foram discutidos o uso de solo e água, segurança hídrica o uso sustentável da biodiversidade, agroecossistemas, comunicação e educação contextualizada e conhecimento do local. 3) quais os métodos existem para estimar a eficácia das práticas de convivência com o semiárido e o combate à desertificação? Este painel foi focado no monitoramento, e se discutiram experiências que existem na Sociedade Civil, as informações disponíveis sobre o mapeamento da desertificação, indicadores de vegetação, imagem de satélite X imagens terrestres, as tecnologias como o sensoriamento remoto e o sistema de gestão e informação do Instituto Nacional de Semiárido, que estão disponíveis, e que podem a fortalecer outras iniciativas como o Sistema Alerta Precoce, que não foi apresentado, ou Monitor de Seca. Os grupos fizeram algumas afirmações ou conclusões sobre cada um desses temas e apresentaram na plenária, e após o evento os relatórios dos grupos foram sistematizados e servirão de subsídio à posição do Brasil durante a Conferência Científica da UNCCD. Destacou que algumas conclusões são recomendações para o debate, condições imprescindíveis à comunicação, educação contextualizada e cultura tradicional no fortalecimento das potencialidades e compreensão das limitações do semiárido brasileiro na perspectiva da convivência e na formação cidadã. Disse que são necessários estudos e diagnósticos interdisciplinares que considerem os saberes tradicionais, a realidade local e o retorno efetivo dos resultados para as comunidades. E que já existe muito conhecimento construído no campo da ciência, tecnologia e inovação, oriunda da comunidade acadêmica popular, mas há necessidade de integração e de socialização eficaz, destacando que só é possível a convivência com o semiárido com a Caatinga em pé, o recaatingamento, reuso água e coleta da água da chuva, manejo do solo como bem comum e componente vivo, nova matriz energética, educação contextualizada, comunicação e cultura, meio urbano consciente e sensível pela interligação com o semiárido, política de Estado para as tecnologias sociais já existentes. Citou o boletim que foi elaborado em português, inglês e espanhol, em um exercício de comunicação científica, contendo o resumo dos resultados do seminário nacional e também um vídeo sobre o evento que está disponível na internet, onde são contadas experiências exitosas da sociedade no tema da conferência.

O SR. CAMILO CAVALCANTE DE SOUZA (CODEVASF) – Comentou que em seu trabalho no programa de controle de processo erosivos, há muita dificuldade em recuperar a vegetação na Caatinga, e que não tem encontrado esse conhecimento com tanta difusão na região. Solicitou ajuda neste sentido, já que as experiências do conhecimento tradicional estão sendo sistematizadas, assim como da academia, que elas possam ser espacializadas, e possibilite a replicação de maneira mais ampla.

O SR. MARCELINO LIMA (ASA/PE) – Falou do sistema Agroecologia em Rede, que tem georreferenciadas mais de duas mil experiências de convivência com o semiárido, de boas práticas de agrofloresta na Mata Atlântica, de conservação de água na região do Cerrado, conservação de água de nascentes, etc.

O SR. AFONSO MOTA (COOTAP e Associados) – Socializou a informação de que a ASA Brasil, em parceria com o MDS, está construindo no semiárido o Cisterna nas Escolas, de 52.000 litros, e trabalhando o processo de capacitação com a comunidade escolar, com educação contextualizada.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Se comprometeu a enviar o relatório do Seminário Nacional aos membros da CNCD, assim como o vídeo produzido. Aproveitou a presença do correspondente científico e do ponto focal político (Itamaraty) para lembrar da necessidade de atualização da lista de pesquisadores brasileiros na UNCCD. Solicitou ao Sr. Aldrin que identificasse os principais pesquisadores envolvidos com o tema do combate à desertificação e também que cada membro dos estados ou da Sociedade Civil que tiver indicação de pesquisadores que estão se dedicando a trabalhos científicos para o tema, envie para a secretaria-executiva da CNCD, para serem feitos os contatos e atualização da lista de experts do Brasil na UNCCD.

O SR. THIAGO CAVALCANTE (Itamaraty) – Observou que a lista de especialistas do Brasil atualmente está desatualizada, lembrando que houve uma decisão na COP 11 solicitando essa atualização. Informou que no site da UNCCD há um formulário que o próprio cientista preenche e manda para o ponto focal, que providenciaria o envio ao secretariado da convenção.

O SR. ALDRIN MARTIN PEREZ (Instituto Nacional do Semiárido) – Sugeriu que fosse aberta uma chamada pública, aos pesquisadores das ASD.

O SR. JOÃO GONÇALVES (Instituto de Permacultura e Terras Secas/BA) – Falou das experiências de implementação de tecnologias sociais em sua região, para captação de água para consumo humano e produção, recuperação de áreas degradadas e implantação de sistemas agroflorestais. Citou o edital de seleção pública de projetos de restauração de ecossistema e fomento à sustentabilidade socioambiental no semiárido, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente da Bahia, onde foram contemplados e estão implantando 40 hectares de sistemas agroflorestais na região de Irecê. Falou da preocupação com o apoio para assistência técnica e extensão rural, que têm sido de pouca duração e de qualidade duvidosa, e por isso muitos projetos estancam-se no meio do caminho. Também falou sobre a falta da educação ambiental contextualizada e da necessidade de os poderes públicos estadual e municipal investirem neste tipo de iniciativa.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Disse que durante a discussão para elaboração do PPA será feito esse processo de articulação junto ao MDA, que pode apoiar ações para convivência com o semiárido via editais de ATER. Lembrou que na elaboração do relatório nacional percebe-se um conjunto de iniciativas no País que não fazem referência ao combate à desertificação, a uma educação contextualizada, mas que quando analisadas

conceptualmente, estão ligadas, apesar de no papel ou na forma como ela é apresentada na estratégia, não aparecer claramente.

O SR. THIAGO CAVALCANTE (ITAMARATY) – Esclareceu que o Itamaraty sempre prepara um documento contendo as instruções para participação da delegação brasileira nas reuniões internacionais, e falou que compartilharia uma versão com a parte substantiva das instruções para o CRIC aos membros da CNCD.

(Intervalo para o almoço)

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Iniciou a reunião do período da tarde colocando em plenário as atas da V Reunião Ordinária e da V Reunião Extraordinária da CNCD para deliberação, tendo sido ambas aprovadas. Em continuação, solicitou à Luciana da secretaria-executiva da CNCD que apresentasse o relatório das reuniões das Câmaras Técnicas.

A SR^a. LUCIANA VALADARES (DCD/Equipe de Apoio) – Relembrou que a V Reunião Extraordinária da Comissão tratou exclusivamente da instalação das Câmaras Técnicas que tinham sido criadas. Nesta reunião foram elaborados os relatórios da reunião das quatro Câmaras Técnicas, contendo recomendações, proposições que teriam que ser aprovadas ou não em Plenário, e as que forem aprovadas seriam o escopo do trabalho de cada uma, e em nova reunião seria proposto um cronograma de trabalho, a partir de uma revisão dos pontos aprovados (se ainda continuam pertinentes, se precisam ser alterados, se houve propostas novas, se apareceram novos assuntos). Começou com as recomendações da Câmara Técnica de Revisão, Avaliação e Monitoramento do PAN-Brasil. Como propostas ao Plenário da CNCD: a revisão do PAN Brasil com ampla participação social; priorizar a aplicação de recursos e ações de recuperação de áreas atingidas e utilizar serviços continuados de instituições governamentais para o desenvolvimento de estudos complementares evitando a contratação de consultorias. A ação de revisão do PAN deve ser entendida como continuada, devendo o cronograma refletir isso. Lembrou que os representantes da CNCD que tiverem o interesse de participar em qualquer uma das Câmaras Técnicas, em qualquer tempo, podem se inscrever e participar dos trabalhos até o limite de sete pessoas por Câmara Técnica, de acordo com o Regimento.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Lembrou que a ideia era que cada Câmara Técnica, ao discutir os temas, fizesse um plano de trabalho e a secretaria-executiva viabilizasse o plano de trabalho, e que os membros das Câmaras Técnicas poderiam trabalhar por uma reunião presencial e depois trocar informações, fechar um documento. Fez um apelo aos membros da CNCD para que as Câmaras Técnicas retomem os trabalhos e se valorizem enquanto própria estrutura regimental da CNCD.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (Seapac) – Propôs a aprovação de todos os relatórios e partir para a composição das Câmaras Técnicas, estabelecendo-se uma data para se reunir, definir presidente, pauta e forma de funcionamento. Falou da preocupação com a existência da CNCD, criada por um decreto em 2008 e que no Projeto de Lei da Política Nacional de Combate à Desertificação, a ser aprovado no Senado em breve, cria novamente a Comissão. E que, portanto, essa Comissão criada por Decreto vai deixar de existir. Sugeriu que essa questão fosse levada ao departamento jurídico.

O SR. JOÃO GONÇALVES (Instituto de Permacultura e Terras Secas/BA) –
Concordou com a proposta do Sr. Procópio, tendo em vista que os relatórios foram encaminhados aos membros da CNCD com bastante antecedência, para leitura e análise.

O SR. JOSIVAN CARDOSO (Semarh/RN) – Falou que ele, assim como outros representantes que estão chegando agora não teriam condições de opinar sobre o trabalho feito até então, por não terem participado das discussões anteriores, concordando com a aprovação das recomendações.

A SR^a. LUCIANA VALADARES (DCD/Equipe de Apoio) – Questionou se algum dos participantes queria que fosse feita a leitura das recomendações antes de dar como aprovado. Foram aprovadas sem necessidade da leitura de cada uma. Passou então à leitura da finalidade de cada uma das Câmaras Técnicas e sua composição inicial, para que quem tivesse o interesse em se envolver com os trabalhos de cada uma delas pudesse manifestar. Lembrou que as Câmaras Técnicas deverão se reunir para dar continuidade às proposições e elaborar um plano de trabalho com cronograma para que seja dado encaminhamento a todas as discussões que foram feitas na última reunião e que a resolução da CNCD que cria as Câmaras Técnicas está disponível no site do MMA, com as informações sobre cada uma delas e que os membros que queiram mais tarde participar do trabalho de alguma delas, entrem em contato com a secretaria-executiva da comissão.

O SR. JOÃO GONÇALVES (Instituto de Permacultura e Terras Secas/BA) –
Sugeriu que na Câmara Técnica de Ciência Tecnologia e Conhecimentos Tradicionais, fosse trabalhada a questão da educação ambiental.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Dando prosseguimento à pauta, solicitou a apresentação do sistema de alerta precoce de seca.

A SR^a. RITA (INPE) – Apresentou o Sistema de Alerta Precoce Contra Desertificação, em elaboração no INPE em colaboração com o MMA, com objetivo de caracterizar e identificar áreas com maior potencial à degradação do solo. Neste contexto, o SAP deve fornecer a base técnica necessária para formulação de estratégias para o combate à desertificação e também formulação de ações em todos os níveis de Governo e nas organizações sociais, além de servir de fonte de informação para sociedade. Deve permitir a integração e a assimilação de dados biogeofísicos, socioeconômicos em várias escalas temporais e espaciais. O sistema tem três módulos, sendo o primeiro e o último de competência do INPE (análise da vulnerabilidade, gerando os mapas de susceptibilidade e o módulo de prevenção, controle e mitigação da desertificação, que são cenários futuros que estão sendo desenvolvidos para obter as respostas do que pode estar contribuindo mais ou menos para o processo). E o módulo de disseminação com a divulgação por meio de emails, boletins e relatórios que é competência do MMA. O SAP tem que estar integrado e para isso houve necessidade de compatibilizar todos os dados na mesma escala, que foi a parte mais trabalhosa, e demorou três anos para ficar pronta. Vegetação, geomorfologia, geologia e solos foram ajustados para 90 metros, para ficarem todos iguais para depois serem cruzados os planos de informação. Também foram baixadas as informações socioeconômicas, altimetria, declividade e clima. Foram trabalhados 11 indicadores, em toda a região semiárida. Mostrou o resultado nos mapas, como os dados

de evapotranspiração e precipitação que foram utilizados para calcular o índice de aridez, com o mapeamento feito do ano de 2000 e 2010 para a região toda, com 19 classes de uso e cobertura da terra mapeada. As informações socioeconômicas foram baixadas do IDH 2000 e 2010, tendo uma diferença grande de um para o outro. Densidade de população, densidade de rebanho, densidade de foco de queimada, fronteira agrícola. Quanto à atribuição de pesos para determinação dos estudos, para cada indicador foram feitas várias reuniões com especialistas da região. A metodologia para os mapas é baseada no Projeto Medalus da Agência Europeia, com algumas adaptações, utilizando a metodologia do Doutor Edison Crepani, sensoriamento remoto, que utilizou no ZEE, baseado no conceito da ecodinâmica, da relação morfogênese, pedogênese, pela complexidade e tamanho da região. Falou de alguns pesos considerados para a geomorfologia: uso do solo, geologia, pedologia, as unidades de conservação, declividade e as fórmulas aplicadas para chegar a cada mapa. O índice de qualidade climática, que seria o índice de aridez, o índice de qualidade de manejo, que seria unidade de conservação, pecuária, fogo, uso e cobertura, foram considerados no índice de qualidade, e o índice de qualidade social, que foi o IDH e a população. Mostrou os mapas resultantes de cada cruzamento feito para cada indicador utilizado e o mapa de susceptibilidade final. Disse que o projeto já entrou em uma fase onde já está sendo gerado o cenário de mudança de uso da terra para o semiárido. Então, com LuccME é possível gerar vários cenários de expansão agrícola, desertificação, degradação florestal em diferentes escalas e áreas de estudo. Até então, ele só tinha rodado para Amazônia e Cerrado, foi a primeira que rodou para a Caatinga e com 5 quilômetros, porque para a Amazônia ele rodava com 25km. Então, foi uma experiência inédita para o INPE também entender a dinâmica da Caatinga. As variáveis consideradas dependentes foram vegetação, agricultura e pecuária, e as variáveis independentes a população, declividade, índice de aridez, Unidade de Conservação, vulnerabilidade baixa do solo. Então foram produzidos dois cenários, um cenário otimista onde de 2011 até 2050 se perde apenas 2% de vegetação. A agricultura 10%, o valor que ela ganha e a agropecuária sempre mantendo os 90%. E um cenário pessimista, que considera a perda da área resultante, é a diferença do ano atual para o ano anterior. Então, no caso 2012, a diferença de 2012 e 2011, assim até 2050. Como resultado, tem-se os mapas de uso e cobertura da terra para o futuro. Depois de posse dos mapas rodou novamente o modelo do Medalus, considerando esses cenários que saíram da modelagem, mais o índice de aridez do futuro e mais a projeção de população para obter o novo mapa de susceptibilidade, mostrando as áreas com maior potencial de susceptibilidade da degradação do solo. Mostrou os gráficos que estão sendo gerados, concluindo que em 2.000 já havia quatro estados com classes de alta susceptibilidade, tanto no cenário atual quanto no otimista e no pessimista: Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. E o Espírito Santo melhorou, mas foi observado que o índice de aridez para no ES está bem úmido, no cenário do ETA. Então, o que pesou foi o índice de aridez. Em MG foi a projeção do IBGE de que densidade da população vai aumentar bastante. Em relação à pedologia, índice de aridez e declividade o que pesou bastante na análise foi a pedologia. Então, as principais conclusões até o momento é que do ponto de vista climático as zonas úmidas e subúmidas têm baixa susceptibilidade, mas quando se consideram os usos elas tornam-se potencialmente susceptíveis, como no caso do Maranhão. E em relação aos cenários o que se pode concluir é que independente do cenário ser pessimista ou otimista o semiárido está passivo a essas mudanças climáticas globais. E que mais importante do que analisar essas mudanças começar a pensar em cenários de adaptação, que é o próximo passo do SAP, visando mitigar os impactos. Serão detalhadas as formações vegetacionais, abrindo mais ainda a legenda do mapa de uso, porque serão separadas vegetação arbórea e herbácea. A análise dos fatores socioeconômicos está sendo feita de forma mais

detalhada, a nível Municipal e está sendo considerada também uma análise multitemporal para o mapeamento das áreas degradadas, tornando todo o processo quase automático.

A SR^a. MARGARETH BENÍCIO (Funceme/CE) – Perguntou se há o planejamento para continuidade do monitoramento.

A SR^a RITA – Respondeu que foi definida atualização a cada 5 anos.

O SR. DAVI CASARIN (Sema/ES) – Registrhou a necessidade urgente de promover o mapeamento geológico do Brasil em uma escala compatível com o monitoramento. Disse que no ES está sendo feito o mapeamento de uso e ocupação do solo na escala de 1:10.000 e que colocaria esses mapas à disposição assim que puderem ser disponibilizadas.

O SR. JOSIVAN CARDOSO (Semarh/RN) – Falou da preocupação de que o IDH pode mascarar alguma outra questão de vulnerabilidade, como a escassez hídrica.

A SR^a. RITA (INPE) – Salientou que já foram publicados dois artigos, assim a comunidade científica internacional está revisando todos esses trabalhos que estão sendo feitos. Disse que o trabalho já recebeu um prêmio e subsidiou três teses de Doutorado, com o fornecimento dos dados para cálculo de emissão de carbono, e todas as saídas do modelo estão sendo usadas para analisar a emissão de carbono. Falou que na próxima fase os mapas serão refinados e haverá maiores possibilidades de acesso às informações por parte dos usuários. Mostrou uma forma de consulta no site do SAP, onde os mapas estão disponíveis para consultas pela área total, por Estado, agregando os dados necessários, de acordo com cada pesquisa.

O SR. ELISEU (ASA/MG) – Comentou que mesmo sem os recursos do SAP, pode-se perceber a diminuição da quantidade de água nos rios, córregos e nascentes no norte do estado de Minas Gerais. Esses estudos e os prognósticos para o futuro confirmam o que está acontecendo, em decorrência do desmatamento do Cerrado de forma generalizada, monocultivo de eucalipto em grande escala.

A SR^a. RITA (INPE) – Lembrou que o cenário climático que foi mostrado é intermediário, ficando entre o conservador e o pessimista. Mas será elaborado outro cenário mais pessimista para ver o que vai acontecer. Reforçou que cenário é um prognóstico, mas não quer dizer que o que está previsto irá acontecer.

O SR. MARCELINO LIMA (ASA/PE) – Parabenizou pelo trabalho, ressaltando que se as informações geradas deveriam influenciar as políticas públicas e a gestão de recursos.

A SR^a. RITA (INPE) – Disse que em um dos módulos do SAP está previsto o treinamento, que pode ser dado às equipes das prefeituras e governo dos estados, possibilitando a tomada de decisões com base nos estudos e prognósticos.

O SR. CAMILO CAVALCANTE DE SOUZA (Codevasf) – Falou da importância de, além das publicações no meio acadêmico, também trazer essa informação por meio de capacitações para um público mais amplo.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (Seapac) – Falou da importância de o sistema ter validadores, e já que estará disponível, que deveriam ser encontrados mecanismo nos

Estados e Municípios para avaliar e criticar o sistema. Enfatizou que para isso seria necessário que o Governo assuma essa tarefa, utilizando o sistema e fazendo dessa validação uma Política de Estado para que outros órgãos do Governo conheçam e utilizem o instrumento, que seja de uso popular, um referencial, e que seja base para a implementação de Políticas Públicas. Que sirva para a sociedade e que diante do quadro de mudanças climáticas, de agravamento da crise ambiental, da crise hídrica, da crise energética, seja apoio para a tomada de decisões.

O SR. JOÃO GONÇALVES (Instituto de Permacultura e Terras Secas/BA) – Falou da importância do recorte a nível municipal, se o sistema funcionasse apenas a nível global e estadual, os Municípios se isentariam da sua responsabilidade, mas quando essas ferramentas estão disponíveis e o local onde o sujeito está é identificado, há um estímulo ao uso e à tomada de decisão adequada para o enfrentamento da realidade.

O SR. ALDRIN MARTIN PEREZ (Instituto Nacional do Semiárido) – Comentou que há mais de oito Ministérios trabalhando no semiárido, oito unidades da Embrapa, sete Centros de Pesquisas Virtuais, em torno de 1077 professores que trabalham nos temas ambientais. Além do Movimento dos Sem Terra, Movimento do Pequeno Agricultor, atingidos por Barragem, etc. Disse que durante o seminário preparatório à Conferência Científica da UNCCD, foi recomendado que o sistema de gestão de informação no Instituto Nacional do Semiárido deveria ser reforçado. E propôs um exercício conjunto com o sistema de alerta precoce, porque o INSA e outros pesquisadores do semiárido estão mapeando esses temas em nível de Município. Falou da importância de serem somados os esforços. Acrescentou que o sistema é gestão de informação do INSA, é mais amplo do que o monitoramento da desertificação, este é um item do sistema. Disse que o sistema básico do INSA, que gera mapas e números, já vem sendo usado, principalmente pelas Prefeituras, para fazer projetos, mas com o SAP será possível agregar outras variáveis, fazendo outras análises.

O SR. VITOR UCHOA SILVA (Sudene) – Falando sobre a atualização das informações do sistema a cada 5 anos, perguntou sobre a possibilidade das variações serem comparadas, por exemplo, 2015 com 2010, em 2016 comparar com 2011. Pelo menos para aqueles dados que estejam disponíveis. Por se tratar de um sistema de alerta precoce, precisa dar informações para se antecipar ao que vem acontecendo e permitir agir de forma proativa e não de forma reativa.

A SR^a RITA (INPE) – Falou que estão sendo realizados testes com mudança de imagens e aí o sistema poderá ficar automatizado, atualizando-se anualmente, mas essa ferramenta ainda está na fase de teste. Disse que todas as publicações estão disponibilizadas no site, e em breve haverá um relatório em português. Quem precisar usar os dados do sistema poderá se cadastrar e baixar os *shapes*.

O SR FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPOLLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Informou que o desenvolvimento do sistema, a princípio, estava no âmbito de um Projeto de Cooperação Técnica, mas foi assinado anteriormente e está sendo renovado um acordo de cooperação técnica entre o MMA e o INPE, para que o projeto esteja institucionalizado. Disse que o desafio é que o SAP deixe de ser um banco de dados para um sistema de informação, e seja realmente um sistema de alerta precoce de secas. Lembrou que há uma recomendação do TCU ao MMA para que continue na elaboração do SAP, além da proposta do Sr. Aldrin, no sentido de qualificar a ferramenta, criando

sinergia com outras como a do INSA e o Monitor de Secas que está sendo discutido. Falou do Programa Dryland Champions da UNCCD, que na edição de 2015 vai contemplar projetos de boas práticas em conservação de solos. Passou a palavra à Sra. Luciana para dar prosseguimento aos encaminhamentos.

A SR^a. LUCIANA VALADARES (DCD/Equipe de Apoio) – Disse que os encaminhamentos advindos das discussões foram anotados e seriam citados para que os membros da CNCD pudessem complementar ou concordar: 1) agendar uma reunião da Câmara Técnica de Avaliação, Revisão e Monitoramento do PAN-Brasil conjuntamente com a de Ciência e Tecnologia, em uma reunião conjunta para discutir os documentos da 13^º sessão do e CRIC; 2) o Sr. Tiago, do Itamaraty vai compartilhar com os membros da CNCD uma versão do documento com as instruções do MRE para ser levado para o CRIC. Complementou que a secretaria-executiva da CNCD faria um informe para todos os membros que estão inscritos e aqueles que se inscreverem durante esses dias na CT para dar continuidade a esse ponto. 2) Sobre a atualização da Lista de Experts do Brasil na UNCCD. Enviar a lista de cientistas que participaram do seminário Pré-conferência científica promovido no INSA e que cada membro da CNCD que conheça pesquisadores que estão trabalhando com o tema, que indiquem os nomes para serem colocados nessa lista a ser mandada para o secretariado da UNCCD. Além disso, será criado um boletim no INSA para ampla divulgação junto aos pesquisadores do semiárido que se interessem em compor a lista de experts do Brasil na UNCCD.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (Seapac) – Propôs que fosse criado um sistema permanente de encontro, de diálogo, de estímulo e de valorização dos pesquisadores que atuam no semiárido.

O SR. ALDRIN MARTIN PEREZ (Instituto Nacional do Semiárido) – Propôs um encontro para aprofundar ideias do diálogo do conhecimento local e da matriz acadêmica em relação à comunicação, cultura e educação contextualizada, temas recomendados pela comunidade científica durante o seminário realizado no INSA.

A SR^a. LUCIANA VALADARES (DCD/Equipe de Apoio) – 3) O correspondente científico e o ponto focal técnico do Brasil perante o UNCCD farão um esforço de acompanhamento conjunto permanente das atividades de ciência, tecnologia e informação envolvendo o conhecimento científico e popular; 4) Formar um Grupo de Trabalho para discutir as estratégias para o Ano Internacional dos Solos articulado com o calendário de eventos, no âmbito da Câmara Técnica de Comunicação e Informação. Observou que a secretaria-executiva da Comissão vai dar um apoio a todas as discussões pertinentes a cada Câmara Técnica, fazendo um breve informe que será enviado aos presidentes e para os membros que estão relacionados em cada câmara técnica.

O SR FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Lembrando da proposta de chamar uma apresentação do monitor de secas na próxima reunião da CNCD, propôs uma reunião prévia dos três sistemas disponíveis (SAP, SIGSAB - INSA e monitor de secas) para definir uma estratégia de sinergia e na próxima reunião da Comissão houvesse apresentação dessa estratégia de sinergia, o que foi aprovado.

A SR^a. LUCIANA VALADARES (DCD/Equipe de Apoio) – 5) Definir uma estratégia para sinergia entre as iniciativas de monitoramento SAP, monitor de secas e o SIGSAB;

6) Os presidentes das Câmaras Técnicas vão convocar uma reunião para definição de um plano de trabalho e o cronograma para dar continuidade aos trabalhos iniciados, partindo dos relatórios que foram elaborados na última reunião. Acrescentou que os membros da CNCD que ainda não estão inscritos nas Câmaras Técnicas que poderão também aderir na medida em que forem se interessando pelos temas que estão sendo discutidos.

O SR. CAMILO CAVALCANTE DE SOUZA (Codevasf) – Lembrou que para o mapeamento seria interessante envolver a Embrapa Solos, que tem um novo mapeamento, que poderia ajudar na base de dados, o que foi aceito na discussão da sinergia entre os sistemas de monitoramento.

O SR FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Designou o Sr. Marcos Santana da equipe do DCD/SEDR/MMA para coordenar esse processo de articulação, promover reuniões com esses grupos e trazer para a próxima reunião da Comissão um posicionamento sobre as possibilidades de sinergia.

A SR^a. LUCIANA VALADARES (DCD/Equipe de Apoio) – 7) Os membros da CNCD interessados em participar dos trabalhos das Câmaras Técnicas enviarão solicitação à Secretaria-Executiva a fim de serem incluídos na lista de participantes. 8) Definir a estratégia de participação na elaboração do PPA 2016/2019, no âmbito da Câmara Técnica de Articulação, Gestão e Legislação.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (Seapac) – Quanto à gestão política junto ao Senado para a aprovação do PL 2447. Falou do Projeto de Lei que foi aprovado na Câmara e da preocupação com a redação de que “o Poder Executivo poderá criar a Comissão Nacional de Combate à Desertificação”, ficando claro que não considerou que a CNCD já existe, criando-se um vazio na Lei.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Disse que iria consultar a área jurídica do MMA, porque a princípio por ter um Decreto já em vigor não anularia a existência da CNCD, mas de qualquer maneira solicitaria um parecer da consultoria jurídica, para ver como a comissão poderá se movimentar.

A SR^a. SUIÁ ROCHA (MPOG) – Propôs que no âmbito da Câmara Técnica ou na próxima reunião da Comissão, o que vier antes, fazer uma apresentação sobre a elaboração do PPA, inclusive como está prevista a participação da sociedade civil.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Disse ser importante que o MPOG fizesse a apresentação como será estruturado o PPA para saber qual seria a melhor forma da Comissão se mobilizar para uma proposta no PPA 2016-2019. Lembrou também do recorte para os Programas Transversais no PPA atual, contemplando os Programas Transversais de Combate à Desertificação. O próprio Ministério do Planejamento identificou dentro do PPA as iniciativas que o Governo tem para o combate à desertificação. Isso dá uma clareza à Comissão para reivindicar iniciativas junto a esses programas. Lembrou do último encaminhamento: 9) Disponibilizar o acesso ao SAP no site do Ministério do Meio Ambiente. Acrescentou que a grande expectativa da Comissão é tentar trabalhar com o Ministério de Minas e Energia o tema que é mais polêmico e o principal vetor da

desertificação que é o uso da lenha, ou seja, o desmatamento com fins energéticos para atender a matriz energética da região.

O SR. JOSIVAN CARDOSO (Semarh/RN) – Informou sobre um projeto em desenvolvimento em Pernambuco e no Rio Grande do Norte com a implementação de biodigestores familiares, e pelos cálculos, cada 100 biodigestores causam uma diminuição na pressão da Caatinga em aproximadamente 12 hectares. O projeto está sendo incorporado ao Programa Nacional de Habitação Rural, e já existem cerca de 500 biodigestores instalados, sendo mais ou menos um terço no Rio Grande do Norte, na região do Sertão, no e também está sendo implementado um Programa de Capacitação de Pedreiros e Famílias para construir biodigestores e fazer a gestão da produção de metano, biogás em cinco outros Estados da Federação.

O SR FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Secretário-Executivo da CNCD) – Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.